

SUMÁRIO

TÍTULO I – FUNÇÃO E CARREIRA DO PROCURADOR DO TRABALHO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO E BREVE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA FUNÇÃO E DA CARREIRA DO PROCURADOR DO TRABALHO	19
1. O Ministério Público do Trabalho e o advento da CLT.....	21
1.1. O ingresso da Justiça do Trabalho no Poder Judiciário Federal e as consequências geradas para o MPT.....	22
2. Fundamento constitucional do Ministério Público do Trabalho.....	24
3. Leis de regência do MPT	27
3.1. Ingresso, Carreira e Promoções.....	29
3.2. Algumas considerações de ordem geral sobre as atribuições e formas de atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho	32
4. Princípios institucionais.....	34
4.1. Unidade	34
4.2. Indivisibilidade.....	35
4.3. Independência funcional	36
5. Vedações, garantias e prerrogativas.....	37
5.1. Diferenças entre garantias e prerrogativas	38
5.2. As garantias do Ministério Público do Trabalho.....	39
5.2.1. Vitaliciedade.....	39
5.2.2. Inamovibilidade.....	41
5.2.3. Irredutibilidade de subsídios	42
5.3. Prerrogativas do cargo	43
5.4. As vedações	45
5.4.1. Exercício da advocacia	45
5.4.2. Exercício de outra função pública, salvo uma de magistério	48
5.4.3. Exercício de atividade político-partidária	51
5.4.4. Outras vedações.....	52

6.	Unidades de lotação e de administração do MPT	55
6.1.	A Procuradoria-Geral do Trabalho	57
6.2.	Procuradorias Regionais do Trabalho.....	58
6.3.	Procuradorias do Trabalho em Municípios	59
7.	Os órgãos do Ministério Público do Trabalho	61
7.1.	O Procurador-Geral do Trabalho.....	61
7.2.	O Conselho Superior do MPT.....	63
7.3.	A Câmara de Coordenação e Revisão	66
7.3.1.	As Subcâmaras de Coordenação e Revisão.....	76
7.4.	Corregedoria-Geral do MPT	77
7.5.	O Colégio de Procuradores	81
8.	Ouvidoria do Ministério Público do Trabalho.....	82
9.	O papel das coordenadorias nacionais TEMÁTICAS.....	84
9.1.	CONATPA – Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário ..	91
9.2.	CONAETE – Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.....	94
9.3.	CONAP – Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública	100
9.4.	CONAFRET – Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho.....	104
9.5.	COORDINFÂNCIA – Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente	111
9.6.	CODEMAT – Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho.....	119
9.7.	COORDIGUALDADE – Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho.....	128
9.8.	CONALIS – Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical....	135
10.	Coordenadoria Nacional de Integração do Primeiro e do Segundo Grau (Coordinte-gração).....	142
11.	Coordenadoria de Recursos Judiciais (CRJ)	143
11.1.	Composição e atribuição dos componentes	143
12.	Fluxogramas	144
12.1.	Fluxograma das unidades de lotação e de administração do Ministério Públi-co do Trabalho	144
12.2.	Fluxograma da carreira no Ministério Público do Trabalho.....	145
13.	Passo a passo sobre a reconstrução histórica da função e da carreira do Procurador do Trabalho	146
14.	Questões de concursos.....	148

TÍTULO II – INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MPT

CAPÍTULO 1 – O INQUÉRITO CIVIL NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	161
1. Origem legal e constitucional do inquérito civil.....	161
1.1. A denúncia anônima enquanto peça informativa.....	162
1.2. Princípios concernentes ao inquérito civil.....	164
2. Investigação (procedimento) administrativa prévia.....	167
3. Legitimidade para instauração	167
4. Conceito de inquérito civil	168
5. Natureza jurídica	169
6. Fases do inquérito civil e os poderes de investigação.....	170
6.1. Inoponibilidade do sigilo das informações. Um poder de instrução do inquérito frequentemente questionado	175
7. Valoração das provas em juízo.....	178
8. A finalidade do inquérito civil e o papel do advogado	178
9. Controle de legalidade do inquérito civil	180
10. Vias de extinção do inquérito civil	181
10.1. Arquivamento por falta de provas de ilicitude – envio para homologação na CCR	181
10.2. Ajuizamento de ação civil pública.....	183
10.3. Termo de compromisso de ajustamento de conduta	184
11. Possibilidade de recurso e de contrarrazões no âmbito do inquérito civil.....	184
12. Controle administrativo da atuação do membro do MPT no inquérito civil.....	185
13. Fluxograma	187
14. Passo a passo do inquérito civil para o Procurador do Trabalho.....	188
15. Modelos de peças (apreciação prévia e de promoção de arquivamento para a CCR)...	189
15.1. Modelo de apreciação prévia.....	189
15.2. Modelo de promoção de arquivamento para a Câmara de Coordenação e Revisão.....	190
16. Questões de Concursos.....	193
 CAPÍTULO 2 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	 197
1. Origem legal e no processo do trabalho	197
2. Princípios informadores.....	198
2.1. Princípio do acesso à Justiça	198
2.2. Princípio da proporcionalidade (quanto aos prazos e condições de ajuste)	199

2.3.	Princípio da tutela preventiva	200
2.4.	Princípio da tutela específica	201
2.5.	Princípio da solução negociada da norma	202
3.	Legitimação	203
4.	Conceito.....	204
5.	Natureza jurídica	204
6.	Distinções entre astreinte, multa e cláusula penal.....	207
6.1.	A destinação dos valores do TAC.....	208
7.	Eficácia imediata do título executivo extrajudicial e casos de termos suspensivos	211
8.	Os compromissos de âmbito nacional e/ou suprarregional e a “precatória de acompanhamento de TAC” (art. 14, § 2º da Resolução CSMPT 69/2007)	212
9.	A modificação, a anulação e o aditamento do TAC.....	213
10.	Modelos de Termos de compromisso	215
10.1.	Meio Ambiente do Trabalho.....	215
10.2.	Combate à Discriminação nas Relações de Trabalho.....	218
10.3.	Combate ao Assédio Moral	219
10.4.	Combate ao Assédio Eleitoral.....	222
11.	Questões de concursos.....	225
11.	Questões de concursos.....	167
CAPÍTULO 3 – NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA.....		229
1.	Conceito.....	229
2.	Fundamento constitucional e infraconstitucional.....	229
3.	A disciplina da notificação recomendatória expedida pelo ministério público brasileiro. resolução cnmp 164/2017	231
3.1.	Princípios	231
3.2.	Características	233
3.3.	A notificação recomendatória pode ser expedida como um ato isolado ou precisa estar inserida em um procedimento investigativo?	235
3.4.	Existe medida judicial contra a expedição de recomendação?.....	236
4.	Casuística na seara trabalhista	239
5.	Modelos de notificação recomendatória	239
6.	Questões de concursos.....	243
CAPÍTULO 4 – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....		245
1.	Conceito e características	245
2.	Fundamento constitucional e infraconstitucional.....	247
3.	Princípios informadores da audiência pública	250

4. Procedimento	252
5. Fluxograma da audiência pública.....	255
6. Questões de concurso	256

CAPÍTULO 5 – MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM..... 195

1. Introdução.....	257
2. Fundamento constitucional e infraconstitucional da mediação e da arbitragem pelo MPT	258
3. Distinções entre mediação e arbitragem	260
4. O papel do Procurador do Trabalho como mediador	261
4.1. Princípios regentes do procedimento de mediação.....	262
4.2. Objeto	266
4.3. Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPIA	267
4.4. Procedimento.....	269
5. A arbitragem no âmbito do Ministério Público do Trabalho	271
5.1. Princípios regentes do procedimento arbitral.....	271
5.2. Objeto	275
5.3. Procedimento.....	277
5.4. A execução da sentença arbitral	279
6. Fluxograma da mediação no âmbito do MPT.....	281
7. Fluxograma da Arbitragem no MPT.....	282
8. Questões de Concursos.....	283

TÍTULO III – ATUAÇÃO JUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

CAPÍTULO 1 – ÓRGÃO INTERVENIENTE EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS 287

1. Marco interpretativo.....	287
2. O que é intervir no processo?.....	288
2.1. Prerrogativas na atuação interventiva	289
2.2. Formas de intervenção.....	290
3. Critérios para intervenção do MPT no processo. A natureza da lide e a qualidade da parte	291
4. Modalidades de intervenção	292
4.1. Intervenção obrigatória	292
4.1.1. Intervenção obrigatória apenas a partir do segundo grau de jurisdição.....	296
4.2. Intervenção facultativa e a noção de interesse público.....	298

5. Legitimidade do MPT para recorrer nos casos de atuação interventiva. A posição do TST.....	302
6. Consequência da ausência de intervenção obrigatória do MPT.....	305
7. Modelos de parecer, recurso ordinário, embargos de declaração e de recurso de revista interposto como órgão interveniente.....	308
7.1. Modelo de parecer exarado em primeiro grau de jurisdição (intervenção obrigatória).....	308
7.2. Modelo de recurso ordinário interposto como órgão interveniente	314
7.3. Modelo de embargos de declaração interposto como órgão interveniente	317
7.4. Modelo de recurso de revista interposto como órgão interveniente	318
8. Questões de concurso	321

CAPÍTULO 2 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO COMO CURADOR NO PROCESSO..... 325

1. Histórico	325
2. A CURATELA NO PROCESSO TRABALHISTA.....	328
3. A curatela DO MENOR INCAPAZ no Processo do Trabalho	331
4. Fluxograma da atuação do Ministério Público do Trabalho como curador no processo.....	334
5. Questões de concursos.....	335

CAPÍTULO 3 – O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO COMO ÓRGÃO AGENTE..... 337

1. Ação civil pública	337
1.1. Introdução ao Ministério Público em ação civil pública.....	337
1.2. Fundamento constitucional e infraconstitucional da ação civil pública em relação ao Ministério Público do Trabalho.....	338
1.3. Interesses jurídicos tuteláveis	339
1.4. Indenização por dano moral coletivo. Generalidades	346
1.4.1. Evolução da responsabilidade civil	347
1.4.2. Caracterização e conceito de dano moral coletivo	348
1.4.2.1. Existência de duas ordens de fatores.....	349
1.4.2.2. Elementos que caracterizam o dano moral coletivo	349
1.4.3. Base constitucional e infraconstitucional da indenização por dano moral coletivo.....	350
1.4.4. Hipóteses de incidência	351
1.4.5. Aspectos fundamentais da reparação. Natureza predominantemente sancionatória e formas de reparação	351
1.5. Competência para propositura da ação civil pública	353

1.5.1.	Competência material	353
1.5.2.	Competência funcional/territorial	354
1.6.	Condições da ação.....	357
1.6.1.	Legitimidade para agir	358
1.6.2.	Interesse processual	359
1.7.	MPT como fiscal da ordem jurídica (art. 5º, § 1º da LACP)	361
1.8.	Rito processual.....	362
1.9.	Litisconsórcio (cumulação subjetiva)	364
1.9.1.	O litisconsórcio no processo coletivo	366
1.9.2.	O litisconsórcio entre ramos do Ministério Público	366
1.10.	Possibilidade de acordo em ação civil pública	367
1.11.	Sentença.....	368
1.12.	Litispendência e Coisa julgada (art. 16 LACP, arts. 103 e 104 do CDC).....	370
1.12.1.	Litispendência entre ações coletivas e individuais e entre ações coletivas	370
1.12.2.	A coisa julgada na tutela jurisdicional coletiva.....	372
1.13.	Recursos	374
1.14.	Execução	377
1.15.	Prescrição	377
1.16.	Controle de constitucionalidade difuso em ação civil pública	378
1.17.	Fluxograma da ação civil pública	380
1.18.	Passo a passo da ação civil pública para o Procurador do Trabalho	381
1.19.	Modelo de ação civil pública	382
1.20.	Questões de concursos.....	397
2.	Ação civil coletiva	402
2.1.	Ação civil coletiva ou ação civil pública?	402
2.2.	Generalidades.....	403
2.2.1.	Influência da <i>class actions for damages</i>	403
2.2.2.	Objetivo da ação civil coletiva.....	405
2.3.	Fundamento constitucional e infraconstitucional	406
2.4.	Interesses jurídicos tuteláveis	407
2.5.	Legitimidade para agir	407
2.5.1.	Legitimação ativa. Hipótese de substituição processual	408
2.5.2.	Legitimação passiva	409
2.6.	Interesse processual	409
2.7.	Rito procedimental	411

2.8.	Sentença. Condenação de caráter genérico (art. 95 do CDC)	411
2.9.	Litispêndência e coisa julgada.....	412
2.10.	Recursos.....	413
2.11.	Liquidação e execução	414
2.12.	Prescrição	417
2.13.	Fluxograma da ação civil coletiva.....	419
2.14.	Modelo de ação civil coletiva (cobrança coletiva de verbas rescisórias, fundiárias, previdenciárias e anotação da CTPS dos empregados)	420
2.15.	Questões de concursos.....	426
3.	Ação anulatória das cláusulas de convenções e acordos coletivos.....	427
3.1.	Fundamento Constitucional e infraconstitucional	427
3.2.	Natureza jurídica.....	429
3.3.	Legitimidade	432
3.4.	Hipóteses em que as convenções e acordos coletivos podem ser anulados (exemplificativo)	433
3.4.1.	Aspectos formais que autorizam a anulação de normas coletivas.....	434
3.4.2.	Aspectos materiais que autorizam a anulação de normas coletivas	434
3.5.	Competência.....	440
3.5.1.	Competência material.....	441
3.5.2.	Competência hierárquica ou funcional	441
3.6.	Procedimento da ação anulatória.....	443
3.7.	Limites da anulação das cláusulas	445
3.8.	Fluxograma de ação anulatória	446
3.9.	Modelo de ação anulatória (cláusula que restringia o valor da multa do FGTS para 20%)	447
3.10.	Questões de concursos.....	451
4.	Atuação judicial em dissídios coletivos.....	453
4.1.	Introdução sobre o dissídio coletivo.....	453
4.2.	Atuação como órgão interveniente	459
4.2.1.	Prerrogativas	461
4.2.2.	Legitimidade recursal	462
4.3.	Atuação como órgão agente.....	466
4.3.1.	Dissídio de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão a interesse público. A jurisprudência do TST em torno da matéria....	467
4.4.	Implicações extrajudiciais do dissídio coletivo para o procedimento de mediação no âmbito do MPT	470
4.5.	Fluxogramas.....	472

4.5.1.	Dissídio coletivo econômico	472
4.5.2.	Dissídio coletivo de interpretação (jurídico).....	473
4.5.3.	Dissídio coletivo de greve em atividade essencial (quando suscitado pelo MPT)	474
4.6.	Modelos de petição inicial em dissídio coletivo de greve em atividade essencial e parecer em dissídio coletivo de greve e em dissídio coletivo econômico	474
4.6.1.	Petição inicial em dissídio coletivo de greve em atividade essencial....	474
4.6.2.	Parecer em dissídio coletivo de greve em atividade não essencial	477
4.6.2.	Parecer em dissídio coletivo econômico ou de interesse.....	481
4.7.	Questões de concursos.....	486
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		489